

O FUTEBOL NO CONTEXTO DOS ESPAÇOS URBANOS

Agnaldo Kupper¹

RESUMO

O futebol ganhou projeção progressiva na centralidade em espaços urbanos, alternando momentos de calma e de grande agitação. Mesmo os equipamentos materiais do jogo (campos, estádios e arenas), marcam referências e convergências em cidades de pequeno, médio ou grande porte, principalmente em países de considerável apego à prática, caso do Brasil. Por democratizar-se e popularizar-se rapidamente, o futebol estimula disputas por espaços e marca simbolismos urbanos, muito por conta dos significados atribuídos ao ludopédio pelos indivíduos e pelas dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais que o esporte proporciona.

Palavras-chave: Futebol. Urbanização. Simbolismos. Transformações.

ABSTRACT

Football in the context of urban spaces

Football gained progressive centrality in urban spaces, alternating moments of calm and great agitation. Even the game's material equipment (fields, stadiums and arenas) mark references and convergences in small, medium or large cities, especially in countries with great attachment to the practice, such as Brazil. As it quickly democratizes and becomes popular, football stimulates disputes over spaces and marks urban symbolisms, largely due to the meanings attributed to the game by individuals and the political, economic, cultural and social dynamics that the sport provides.

Key words: Football. Urbanization. Symbolisms. Transformations.

1 - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, Brasil.

E-mail do autor:
Agnaldo Kupper.
agnaldokupper2009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para Jacques Le Goff, as funções mais relevantes de uma cidade “são a troca, a informação, a vida cultural e o poder; a festa e os jogos participam da identidade urbana” (Le Goff, 1998, p.29).

Certamente, Le Goff, (1998) atentou para a identidade que envolve o albergar de eventos futebolísticos, transformados em demanda social urbana.

Muito porque a disseminação do futebol se deu a partir de um contexto urbano. Não por acaso ter sido a Inglaterra o berço da Revolução Industrial e do futebol moderno.

Outros esportes modernos também emergiram a partir do industrialismo, acompanhando toda a complexidade engendrada pelo processo, mas é mesmo o futebol quem obteve maior vínculo com o espaço urbano desde o século XIX.

A princípio, em campos improvisados que, com o tempo, foram sendo estruturados em instalações mais condicentes de acordo com as condições de uma cidade, o que permite dizer que o futebol ganhou projeção articulado com o processo de urbanização.

Ao contrário do basquete, do vôlei, do futebol de salão e de tantas outras modalidades esportivas, o futebol de campo é praticado ao ar livre, ao natural (embora atualmente tenhamos arenas climatizadas e protegidas das imprevisões da natureza), exposto à natureza, como que não querendo negligenciar sua origem rural.

Certamente porque a Revolução Industrial Inglesa baseou-se em um capitalismo agrário, em uma transição rápida que não quis perder seu limiar.

No entanto, vale afirmar que o futebol, formal ou informal, exige espaços com dimensões significativas, o que fez e faz com que nas cidades tais estruturas galgassem e encruzem aspecto de destaque e centralidade, com a prática se evidenciando como um impulsionador de mobilização e organização territorial.

Entre os equipamentos mais antigos construídos no continente europeu e que alteraram o meio urbano, destaque aos ingleses Brammal Lane (de propriedade do Sheffield United, na cidade de Sheffield, inaugurado em 1855), Stamford Bridge (1876),

St James’s (1880), Turf Moor (1883), Anfield (1884) e o Goodison Park (1892).

Em 1895, foi implantado, na Grécia, o Georgios Karaiskakis, ocupado por um dos clubes de futebol mais tradicionais do país, o Olympiakos, e que foi palco das Olimpíadas de Atenas de 1896, primeira edição dos Jogos modernos. Na Escócia, o Hampden Park, fundado em 1903, casa do clube mais antigo do país, o Queen’s Park. Na França, destaque ao Parc Des Princes, inaugurado em 1897 e casa atual do Paris Saint-Germain. Na Espanha, o El Molinón, empreendido em definitivo em 1908 e hoje ocupado pelo Real Sporting de Gijón. Na Itália, o Luigi Ferraris, instituído em 1911 em Gênova, ocupado em dias hodiernos pelo Sampdoria e pelo Genoa. Continuamente, foram sendo disseminadas outras construções esportivas pelo planeta, de acordo com a inserção do ludopédio, sempre alterando o entorno onde foram erguidas.

O Brasil apresentava-se, no principiar do século XX, como um território fragmentado e com pouca possibilidade de ligação entre as regiões, tal qual um grande arquipélago com lógicas próprias, a depender da correlação com o exterior e suas trocas políticas, econômicas e intelectuais.

Somente a partir de 1930 o espaço brasileiro passou a efetivamente conhecer uma integração efetiva alinhada a uma urbanização cada vez mais envolvente e o apego ao futebol acompanhou, em grande medida, tal lógica territorial.

O avanço do futebol atrelado ao urbano no Brasil

No contexto da América do Sul, o futebol teve uma receptividade espantosa. A prática teria sido introduzida na Argentina através de Buenos Aires. No Uruguai, por Montevidéu. No Chile, por Valparaíso.

No Brasil, a existência de numerosos portos, aliada ao grande território do país, torna difícil precisar um local correto da introdução do futebol. Pode-se afirmar, no entanto, que o processo de introdução e proliferação espacial do ludopédio em solo nacional acompanhou a heterogeneidade territorial do país, ou seja, a distribuição e a estrutura do sistema urbano, as conexões com o exterior e o dinamismo de cada urbe.

É possível supor que cada cidade tenha apresentado um grau próprio de exposição ao futebol, dependendo da presença de britânicos e suas empresas (fixas ou passageiras, caso do comércio portuário).

O processo de absorção do futebol se deu de maneira concomitante em várias capitais brasileiras como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, com o bolapé se valendo, em geral e a princípio, de espaços públicos nem sempre desejados por grande parte da população.

São Paulo, muito pelos inúmeros empreendimentos e investimentos britânicos, teria sido a primeira cidade brasileira a assistir a pelepas disseminadas pelas suas vias, porém acompanhada bem de perto pelas partidas de futebol improvisadas da cidade do Rio de Janeiro.

No caso paulistano, a difusão da prática enquanto entretenimento se insere na própria formação da classe operária paulistana como elemento de sua cultura, muito por conta do grande número de imigrantes e do apego dos operários à bola.

Em realidade, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro assumiram papel de destaque no futebol desde o início do século XX, independentemente do pioneirismo da prática.

A primeira pelo desempenho econômico; a segunda por ser o centro político do país. Mas o destaque que é dado a São Paulo e Rio de Janeiro enquanto centros propulsores do futebol, ocorre, principalmente, por existirem neles registros históricos mais abundantes e pela organização precoce da atividade.

O futebol em São Paulo

Das novidades que chegaram a São Paulo nos primeiros anos do século XX, poucas foram absorvidas como o futebol, que fez frente a atividades como o cinema e o teatro musicado.

Muito porque o crescimento urbano de São Paulo teria despertado necessidades de redes de sociabilidade, em especial entre os moradores dos bairros nobres da cidade; o futebol teria sido um desses elementos modernizadores e, na popularização do esporte, os reflexos das tensões da sociedade não tardaram a aparecer.

Ou seja, acompanhando a novidade desenvolvida pela elite paulistana, é provável que o futebol tenha sido apropriado nos bairros como forma de agregação social e identificação local, seguindo os passos dos mais seletos.

Dessa forma, os times de futebol informal desenvolveram-se paralelamente à organização formal, expressando identidades e projetando certa integração social.

Em 14 de dezembro de 1901, foi organizada a Liga Paulista de Futebol, regulamentando os clubes existentes e estruturando os campeonatos na cidade. Mas o processo de democratização do futebol em São Paulo se deu mesmo através dos times de várzea e dos clubes formados nas fábricas.

Com a destinação, em definitivo, do velódromo para a prática futebolística (não só na capital, já que velódromos de cidades como Rio Claro, Sorocaba e Taubaté também passaram por transformações até se tornarem campos para a prática do bolapé), a Várzea do Carmo, localizada nas áreas centrais do município, passou a ser utilizada por populares (varzeanos), evitando as disputas por espaços, deixando claro o esforço para desprender o futebol como manifestação popular:

O futebol tornara-se popular em várias áreas da cidade. De início, era jogado nas margens dos rios Tamanduateí e Tietê. Os ingleses construíram um campo privativo na chácara Dulley. Os alemães jogavam na chácara Witte. Mas a bola também rolava no Belém, no prado da Moóca, no Cambuci e na várzea do Carmo. Durante esse período, e sobretudo no Carmo, clubes de elite e populares alternavam-se em campo. Para evitar essa indesejável convivência, os dirigentes do Clube Atlético Paulistano promoveram, em conjunto com a prefeitura municipal, a transformação do Velódromo existente na cidade em campo de futebol. Daí em diante, os times populares, que permaneceram no Carmo, tornaram-se conhecidos como “varzeanos” (Santos Neto, 2002, p. 49).

Entre 1902 e 1904, o jornal O Estado de São Paulo, em insistentes edições, apontou para a existência de trezentos e trinta clubes praticantes de futebol só na cidade de São Paulo, o que pressionou a regulamentação da prática, efetivada pela Lei de número 702 de 1904 e sancionada pelo prefeito Antônio Prado,

cujo filho foi um dos idealizadores do Club Atlético Paulistano:

Art. 1 - Fica o Prefeito auctorizado a regulamentar o divertimento do foot-ball, de maneira a serem resguardadas as pessoas e propriedades de quaisquer ofensas ou danos.

Art. 2 - O campo de foot-ball será estabelecido de maneira a seus limites guardarem sempre a distância nunca menos de vinte metros das casas, jardins, propriedades de terceiros, praças públicas, e será separado do terreno por uma tēja de arame pelo menos, construída à custa das pessoas ou associações que mantiverem o divertimento (Relatório São Paulo, 1914).

A partir do progressivo apego ao futebol, a prática passou a estabelecer o encontro de trabalhadores em diversos bairros paulistanos, transformando-se em ponte de incorporação através, inclusive, de festivais.

Nas ruas próximas aos cortiços e das diversas fábricas paulistas, passaram a ser organizadas brincadeiras nos raros momentos de folga dos trabalhadores, com preferência pelo futebol, até pela facilidade de improvisação que o esporte propicia, para desagrado dos que entendiam as vias públicas como espaço de locomoção. Estava estabelecida uma disputa pelos espaços urbanos.

A grande quantidade de jogos “de arranjo” fez com que a Secretaria de Justiça do Estado tenha chegado ao ponto de considerar contravenção o entretenimento em vias de circulação:

Recomendo as vossas providências no sentido de serem rigorosamente observados, no policiamento da cidade, as determinações constantes do Aviso Circular expedido por esta secretaria em data de 21 de dezembro de 1912, relativamente à proibição de jogos de Football, peteca e outros semelhantes, nas ruas desta capital, com prejuízo do sossego público e do livre-transito. Saúde e Fraternidade, Eloy Chaves. Circular n. 1426/1430, São Paulo, 06;10;1914, Snr. Primeiro Delegado de Polícia da Capital (Relatório São Paulo, 1914).

Nas primeiras décadas do século vinte, a cidade de São Paulo teve boa parte de sua espacialidade constituída pelos campos de

várzea. Independentemente de tais campos e ambientes, o futebol informal emergiu em diferentes regiões da capital paulista e continuou a proliferar durante toda a primeira metade do século passado em bairros, caso da Lapa, Mooca, Barra Funda, Vila Buarque, Bom Retiro, Liberdade e Perdizes. Como reflexo da expansão do ludopédio, surgiram diversas agremiações, caso do Clube Nacional do Bom Retiro, da Associação Atlético Barra Funda, do Flor do Bosque, do Garibaldi FC, do Democráticos FC e da Associação Atlético Anhanguera.

A princípio, o futebol varzeano paulista foi tomado como encontros entre desordeiros e vadios, sendo perseguido pelas forças policiais. Por ocasião de sua popularização, a imprensa da época procurou distinguir o futebol das elites (elegante e bem organizado) do futebol informal das várzeas (improvisado e violento), tratandoo como modalidades opostas e distintas.

Muito difícil, até pela ausência de uma política de preservação de documentos e a precariedade das sedes das agremiações, quase sempre improvisadas, precisar o número de equipes varzeanas que atuaram na capital paulista nas primeiras décadas do século XX.

Levantamento do Jornal A Gazeta Esportiva, estimou em cerca de seiscentas (A Gazeta Esportiva, 22 de junho de 1930, p. 9). Mas o fenômeno não se restringiu à capital paulista, tanto que entre clubes da capital e do interior do Estado de São Paulo começaram a aparecer de forma mais significativa embates esportivos, como demonstram algumas citações:

Sport - Conforme noticiamos, os rapazes do Concórdia Futebol Clube irão hoje a Jundiá disputar um match de futebol com um clube daquela localidade [...]

Match de futebol - Segue hoje para Pindamonhangaba o primeiro time do São Paulo Railway

Futebol Clube, que vai disputar um match de futebol com o Brasil Futebol Clube daquela cidade [...]. (O comércio de São Paulo, 18 de agosto de 1915).

Fato que o futebol, rapidamente, transformou-se em fenômeno mobilizador e agregador de regiões do Estado, não sem o estímulo dado por diversas empresas.

Nos anos 1930, a febre e proporção adquirida pelo futebol na capital de São Paulo tornou difícil percorrer algum distrito num domingo sem observar alguma peleja. Por quase todos os cantos e pontos, moleques e indivíduos sem ocupação, em busca de diversão, corriam atrás da bola. Mesmo entre operários, no intervalo do almoço, a pelota corria solta futura metrópole. Mas a partir da década de 1940 o processo de ocupação de São Paulo transformou uma geografia que era lúdica nos entornos dos rios que foram modificados, próprio do processo de urbanização:

O futebol de várzea iria perdendo plasticidade e mobilidade em São Paulo à medida que os planos de enxugamento das várzeas começaram a limitar as práticas de futebol nas planícies aluviais dos rios de São Paulo, ou, nas várzeas paulistanas; e, sobretudo quando e porque, o sistema de necessidades inerente à formação da sociedade do trabalho fosse invadindo e determinando o cotidiano das pessoas de modo inexorável (Seabra, 2003, p. 377).

O avanço do processo de industrialização também foi fator de modificação do espaço urbano paulistano, próprio das intenções capitalistas:

O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo para a fábrica [...] antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo [...] quando foi morrendo o jogo da várzea e o futebol de bairro, começou a se concentrar o público nos estádios (Bosi, 1983, p. 88).

A formação de clubes de futebol no interior do Estado de São Paulo teve um cenário diferente em relação à capital. Muitas associações foram estruturadas com face popular (no sentido de maior abertura e aceitação de associados e menos seletiva, aceitando ferroviários, trabalhadores de companhias de gás e eletricitários, ávidos por atividades de lazer) e diversos clubes foram organizados e estruturados em distância aos embates sindicais da capital, embora conflitos existissem. As agremiações apresentaram maior homogeneidade se comparadas às da capital paulistana, até como forma de encontro

dos diferentes estratos sociais (entenda-se trabalhadores e proprietários rurais, comerciais e industriais), em arranjos para “dar time”.

Alguns registros atestam que quando um clube do interior era convidado para disputar alguma partida contra alguma agremiação da capital, ao(s) dirigente(s) da instituição interiorana era reservado maior prestígio local.

Clubes do interior paulista foram edificadas (pelo menos até a década de 1940) sem ingerência ou regulamentação do Estado, daí a visão carismática obtida pelo patrocinador/dirigente, normalmente marcada pela descendência familiar e, portanto, com aspectos de continuidade.

Raízes foram criadas e, de forma contrária aos clubes da capital, a “pequenez” foi mantida, dificultando o estabelecimento de elementos modernizadores, inclusive administrativos (não deve ser considerada estranha a formação de dirigentes “folclóricos” em clubes interioranos).

Mais: os símbolos (flâmula, insígnia, alcunha ou apelido, mascote) estruturaram certa adoração, carinho e identificação, mantendo, desta forma, certo conservadorismo, características refletidas sobre o processo urbano local.

Embora em cidades paulistas como Campinas, Bauru, Piracicaba, Jundiaí, Limeira e Sorocaba, o impulso ao futebol também tenha sido dado pelas Escolas Agrícolas da capital (com estudantes tomando gosto pela prática e, no retorno à sua respectiva cidade, procurando impulsioná-lo como forma de manutenção da atividade), o maior incentivo ao futebol no interior paulista veio através do setor ferroviário, próprio do avanço da produção cafeeira que tomou as primeiras décadas do século XX, caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (incentivadora de agremiações de futebol como o Paulista Futebol Clube, a Associação Atlética Ponte Preta, o Rio Claro Foot Ball Club, Clube Atlético Pirassununguense, Oeste Futebol Clube de Itápolis, o XV de Novembro de Jaú e Associação Atlética Internacional de Bebedouro), Estrada de Ferro Sorocabana (caso do Esporte Clube Noroeste, do Clube Atlético Sorocabana de Itapetininga, do Capivariano Futebol Clube e da Associação Atlética Ferroviária de Assis), Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (caso da

Associação Atlética Francana, do Mogi Mirim Esporte Clube, do Esporte Clube Mogiana, do Palmeiras Futebol Clube da cidade de São João da Boa Vista, da Associação Atlética Ituveravense e do Botafogo Futebol Clube de Ribeirão Preto), Companhia Ituana de Estradas de Ferro (caso do Ituano Futebol Clube), Companhia de Estradas de Ferro Rio Claro (caso da Associação Ferroviária de Esportes de Araraquara), Estrada de Ferro Bragantina (caso do Clube Atlético Bragantino, atual RB Bragantino), Estrada de Ferro Araraquara (caso do Mirassol Futebol Clube, da Associação Ferroviária de Esportes, do Rio Preto Esporte Clube e do América Futebol Clube) e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (caso do Esporte Clube Noroeste, do Bandeirante Esporte Clube da cidade de Birigui, do Clube Atlético Linense e do Clube Atlético Ferroviário de Araçatuba). Ao longo de seus trajetos, a edificação de estações e, no entorno delas, a estruturação de pequenas vilas erguidas a partir da iniciativa de funcionários que trabalhavam na manutenção das linhas. Vilas que se transformaram em cidades, caso dos municípios de Araçatuba, São José do Rio Preto e Mirassol, e que guardam até os dias atuais suas características de urbanidade em relação ao futebol.

O futebol e o Rio de Janeiro

Na então capital federal, Rio de Janeiro, o futebol teve trajetória semelhante a São Paulo, embora em dinâmicas diferentes.

No Rio de Janeiro, a transição entre os séculos XIX e XX testemunhou uma verdadeira “febre esportiva” (Sevcenko, 1998), com destaque ao remo, turfe, ciclismo e futebol, atividades reservadas às camadas sociais mais abastadas em busca de prestígio, distinção social e de uma espécie de carimbo demonstrador de inserção nos novos tempos:

O incremento no número de clubes de futebol na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX demonstra o interesse pelo esporte (em especial pela juventude carioca mais abastada). O grande atrativo para os membros era pertencer a agremiações seletivas, sendo, portanto, indicativo de certa diferenciação social. A formação dessas agremiações - excetuando o Bangu A.C. - são exemplos de mecanismos sociais segregadores, ou seja, os clubes estruturados

nas zonas centrais e sul da cidade foram organizados em torno da elite social privilegiada da cidade-capital republicana (Kupper, 2021, p. 11).

No Rio de Janeiro, o futebol ganhou maior projeção popular após a reurbanização da cidade durante o governo presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906), sob comando do então prefeito Francisco Pereira Passos.

Na modernização da capital federal (também com interesse de consolidar o regime republicano no país e incorporar a cidade ao “mundo civilizado”, afinal era o principal núcleo urbano do país), centenas de habitações de segmentos sociais menos favorecidos foram colocadas abaixo para dar lugar, entre outros, a suntuosas avenidas, tanto que grande parcela da população prejudicada pelas obras não tardou a revoltar-se, fazendo surgir a primeira grande revolta urbana da história brasileira: a Revolta da Vacina (1904), reprimida com a força da polícia e, quem sabe, com o estímulo ao futebol nos terrenos baldios e nas praias.

Durante o ano de 1906 teriam sido fundadas mais de trinta agremiações de futebol na capital federal, todas elas ligados às famílias mais ricas da cidade, em clubes restritos, devendo ser ressaltado, no entanto, que populares, mesmo sem acesso a tais organizações, procuravam uma brecha que lhes permitisse assistir aos jogos disputados em festivais, tal a curiosidade pelo esporte. Em 1907, o número de clubes na cidade chegou a quarenta (Arquivos da Federação de Futebol do Rio de Janeiro).

Assim como nas regiões centrais da cidade-capital, clubes foram estruturados nas regiões suburbanas. Nestes, os estatutos (s.d) das associações mostravam-se mais democráticos na admissão de novos sócios, sendo aceitos indivíduos sem distinção de cor, opção política e religiosa e nacionalidade (Arquivo Nacional), o que colaborou de forma decisiva na popularização do esporte local.

Normalmente, seus dirigentes eram pessoas simples, que utilizavam o endereço pessoal como indicativo da sede da agremiação criada (por vezes, até mesmo o endereço de atuação profissional).

Interessante observar que mesmo a estrutura do estatuto de uma pequena agremiação seguia o modelo das grandes,

embora com o diferencial de identidade e identificação, caso do Aldeia Campista FC, do Boêmios de Vila Isabel FC, do Pedregulhense Futebol Club, do Sport Club Mangueira, do São Cristóvão FC, do Club Athletico Meyer, do Nacional Football Club, do Guarany Football Club, do Alumínio Football Club, do Shoot Americano Football Club, do Mauá Football Club, do Eden Brasil Football Club, entre diversos outros.

Não houve recesso na proliferação e apego ao futebol entre os fluminenses. Em 1919, a título de confirmação do afirmado, dos 1.157.873 habitantes do Rio de Janeiro, cerca de seiscentos mil eram homens, ou seja, dois em cada cem moradores do sexo masculino da cidade praticavam futebol (Mortara, 1947, p. 72), o que refletirá sobre o processo de organização urbana da capital e entornos.

Consolidado na capital e em suas áreas periféricas, o futebol projetou-se em direção ao norte do Rio de Janeiro, quando a estruturação de Usinas de Açúcar concretizou a formação de um grupo social emergente: a dos empresários do produto (usineiros) que converteram Campos dos Goytacazes em um grande polo exportador do produto.

Cada uma das usinas de Campos passou a se portar como um “mundo” particular dentro do município, com suas regras, seus domínios, seus festejos de padroeiro e, por consequência, com hábitos e tradições próprias. Destaque ao Goytacaz (de base mais popular) e ao Americano (mais elitizado), embora não possam deixar de ser citadas agremiações como o União e Aliança (Usina de Queimado), Ypiranga (Morro do Coco), Atlético (Goytacazes), Santo Antônio (Beco), Martins Laje (Martins Laje), Rio Preto (Morangaba), Palmeiras e Liberal (Cambaíba), Tamandaré (Santa Maria), Santa Cruz (Santa Cruz), Nacional (Saturnino Braga), Comercial (Conselheiro Josino), Ururá e União de Ururá (Ururá), Cruzeiro (Poço Gordo), Estrela (Ponta da Cruz), Santo Eduardo, Esporte Clube Itálva e Cardoso Moreira Futebol Clube.

A cidade e os estádios/arenas do Brasil

O conceito de cidade está vinculado à concentração de indivíduos em um espaço geográfico de alta densidade demográfica (relação entre população absoluta e área

territorial por ela ocupada), com predomínio de atividades dos setores industriais e de serviços.

Há pelo menos dois objetos frequentes e simbólicos que caracterizam a paisagem de diversas cidades, em especial no Brasil: um pequeno templo religioso e um campinho de futebol. Costuma-se dizer que o templo pode eventualmente faltar - o que é muito improvável -, mas não o campinho, lugar de animado encontro regular, centralidade que comparece como unidade básica referencial na vida social. Caso não seja um simples espaço para a prática, mas um estádio ou arena, há em todos eles simbolismos e significados que podem ser comparados às paisagens simbólicas urbanas.

A progressiva adesão popular ao futebol explica muito do contexto citadino nacional, muito por conta da relação com o urbano, já que o esporte opera em acordo espontâneo com a metropolização, concentradora de considerável quantidade de agremiações, indicando para as diferenças internas do país e permitindo-nos entender a distribuição do ludopédio no território brasileiro como um reflexo de sua hierarquia urbana, como que redesenhando as relações capitalistas marcadas pelas desigualdades econômicas e sociais.

Mas o que é um campo, estádio ou arena de futebol no contexto de uma cidade? Geograficamente, uma edificação ou equipamento de acesso coletivo que funciona como um polo capaz de acionar grande fluxo de visitantes em dias de jogos e eventos, ocasionando um reordenamento na gestão pública de seu entorno (como segurança e acessibilidade), gerando oportunidades comerciais e de serviços ao setor informal.

Apesar da periodicidade do seu uso, na maior parte do tempo há silêncio e desperdício de recursos nas estruturas de concreto denominadas estádios e arenas modernas.

Do ponto de vista político e simbólico, os estádios - assim como os simples campos e as complexas arenas - constituem constâncias e permanências na paisagem física e cultural de um aglomerado urbano, embora, com a valorização dos espaços citadinos, a existência e permanência de áreas para a prática informal do futebol (terrenos baldios, por exemplo) seja progressivamente mais rara, embora resistam.

Em contrapartida e como uma espécie de compensação pelas perdas, atualmente estruturas destinadas à prática esportiva têm sido criadas pelo poder público, caso dos

ginásios poliesportivos, considerando a necessidade de lazer e a busca de qualidade de vida da população. Outros arranjos ganham aspectos comerciais, principalmente em áreas urbanas nobres, caso de quadras de areia, campos de futebol sintéticos e ginásios multiuso. Mas independentemente das restrições próprias do mundo contemporâneo, o futebol ainda pode ser praticado em quase todos os lugares: na escola, na fábrica, na penitenciária, na rua, ou seja, nas cidades:

Os clubes de futebol dinamizam a vida principalmente das grandes cidades. São eles que imprimem no espaço urbano um movimento que supera a antiga monotonia das paisagens diárias. A cidade se movimenta em função dos treinos, dos amistosos, dos jogos de campeonato, de um jogador descoberto, da derrota do outro etc. (Silva e Chaveiro, 2006, p. 5 e 6).

Próprio do histórico de apego ao futebol, em bairros e em diversos municípios brasileiros um estádio é um espaço vivido e lugar de referência por alimentar o sentido de pertencimento e a contínua fabricação de identidades coletivas, a depender da sua localização ou dos eventos nele efetivados. Os estádios são, também, palcos da síntese de toda a paixão em torno do esporte mais popular do mundo, locais onde ocorrem embates, estendidos para os alambrados, arquibancadas e cadeiras, onde torcedores liberam os seus sentimentos pelos times que se enfrentam ou simplesmente demonstram devoção pelo esporte.

É no campo, estádio ou arena que o futebol vive e transcende as quatro linhas para ser vivido no dia a dia como um fenômeno sociocultural urbano, tanto que Lefebvre (2008) faz referência à necessidade de se pensar a reprodução das relações capitalistas na produção social do espaço através da construção de espaços destinados ao bolapé.

Vale dizer que um estádio é um espaço marcantes na paisagem citadina. Seu porte e, na maioria das vezes, magnitude, constituem a principal expressão que o futebol teria alcançado.

Para além do seu simbolismo, a espacialização de um estádio permite entender diversas dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais por trás da sua presença no

meio urbano. Eventos esportivos, caso do futebol, transformam os espaços urbanos, alterando a normalidade cotidiana de uma cidade, seja pelos recursos financeiros relacionados às intenções da prática, seja pela transformação da urbe advinda com a construção dos equipamentos necessários, seja pela criação de uma identidade territorial (Mascarenhas, 1999, 1999a, 1999b, 1999c).

Historicamente, no Brasil, podemos identificar seis fases estruturais para a prática do futebol. Num primeiro momento, quando o esporte dava seus primeiros pontapés, recintos esportivos que foram erigidos para o exercício de outras modalidades esportivas foram adaptados para a prática, caso do Velódromo Paulistano, construído para o exercício do ciclismo no final do século XIX em São Paulo e que foi ajustado para receber partidas de futebol, como já enfatizado. Num segundo momento, foram erguidos equipamentos designados para as classes econômicas mais abastadas da sociedade, com características de confortáveis casas de espetáculos, caso do Estádio das Laranjeiras, construído em 1919 no Rio de Janeiro. Com a popularização e democratização do futebol em solo nacional, a partir dos anos 1920 e 1930, em uma fase terceira, foram construídas praças futebolísticas com capacidade muito superior às dos estádios que existiam até então, caso do de São Januário, do Clube de Regatas do Vasco da Gama (RJ), inaugurado em 1927. A quarta fase é marcada pela presença do poder público na construção de estruturas monumentais, caso do Estádio Municipal do Pacaembu (SP), inaugurado em 1940, do Maracanã (RJ), construído em 1950 e do Mineirão, em Belo Horizonte (MG), que começou a ser construído em 1960 e que foi inaugurado cinco anos depois.

Numa quinta etapa, procurando mostrar-se promissor e criador de marcas e simbolismos em torno do ludopédio, o governo federal brasileiro, sob mãos militares (1964-1985), passou a fazer uso do futebol como instrumento de propaganda, edificando diversos equipamentos nas cinco regiões do país, mesmo sem expectativa de público para ocupá-los. O provável interesse em erguer equipamentos públicos para o futebol esteve atrelado tanto ao contexto das grandiosas obras públicas do período chamado de “milagre econômico” quanto a um conjunto de ações que

buscavam o consentimento da sociedade em relação à ditadura.

No período, foram inaugurados ou ampliados significativamente cinquenta e dois estádios em várias cidades do país, sempre com o objetivo de trazer orgulho às populações locais, transformando os espaços urbanos receptores. Foram levantados e inaugurados o “Vivaldão” em Manaus, o Estádio da Fonte Nova em Salvador, o Arruda em Recife, o “Albertão” em Teresina, o Mané Garrincha em Brasília, o Castelão em Fortaleza, o Serra Dourada em Goiânia, o Parque do Sabiá em Uberlândia, o “Almeidão” em João Pessoa, o “Amigão” em Campina Grande, o Centenário em Caxias do Sul, o Estádio do Café em Londrina, o JK em Itumbiara, o “Mangueirão” em Belém, o Boca do Jacaré em Taguatinga (DF), o Olímpico Regional em Cascavel (PR), entre outros. Muitos desses equipamentos exibem como nome oficial alguma personalidade ligada ao período, embora sejam conhecidos pela denominação popular. Muitas das estruturas planejadas no período transformaram-se em “elefantes brancos”, ou seja, grandiosas construções sem grande utilidade atual, além da incompatibilidade com a manutenção.

A sexta etapa é marcada pelo advento dos novos estádios (arenas), que passaram a agrandar segmentos sociais com condições de consumo do espetáculo futebolístico, assim como aos que não sustentam críticas ao modelo disciplinar e à supressão de práticas populares.

A disposição expressa o processo de elitização do futebol (como uma busca por suas origens) e vê o estádio modernizado como um elemento que visa à mudança do perfil do torcedor, interessando o acesso do consumidor que tenha recursos para assistir ao espetáculo futebolístico.

O novo modelo de equipamento representa uma faceta neoliberal sobre a cidade, incidindo diretamente sobre a cultura do ludopédio e tal erudição foi iniciada com as reformas dos estádios no final da década de 1990 e início da 2000, com destaque à Arena da Baixada, em Curitiba (criada sobre o antigo estádio João Américo), ao Maracanã (RJ) e ao Beira-Rio (RS), que perderam definitivamente suas “gerais” (onde populares se aglomeravam sem ter assento provisionado, o que teria provocado o fim da atmosfera de festa e

expressão de anseios coletivos relacionados ao bolapé).

Neste sentido, não é exagero a inclusão dos novos equipamentos no rol dos espaços insulares como enclaves que evitam a presença dos indesejáveis segmentos excluídos (redutos de passividade e consumo).

No Brasil, são contabilizados mais de setecentos estádios que recepcionam partidas profissionais, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estádios de Futebol da Confederação Brasileira de Futebol (2022). Entre eles, alguns se destacam por seus projetos arquitetônicos, apreciados mundo afora pela exuberância, referência e orgulho para os habitantes da cidade sede.

Vale dizer que uma cidade nunca foi projetada para ter um grande estádio de futebol. Muitas deles, em dias sem evento ou ocupação do espaço, tornaram-se meros elementos turísticos na paisagem, ou seja, desprovidos de funções sociais.

Nas pequenas e médias cidades, os pequenos e velhos estádios ainda abrigam amplas possibilidades de uso criativo e de apropriação coletiva, constituindo espaços culturais e lúdicos de intensa referência popular que expressam elementos da cultura local, onde o circuito milionário do futebol não circula.

Tais pequenos equipamentos pertencem a outro circuito, onde a arquitetura e o ordenamento espacial são bem mais flexíveis e onde há interlocução intensa entre o torcedor participante e os que estão em campo de jogo, embora as pequenas estruturas sejam consideradas arcaicas, muito por conta da inspiração e admiração por grandes arenas.

A estrutura dos novos estádios/arenas agrada pela segurança, previsibilidade e serenidade do novo ambiente e, em normalidade, não esconde a satisfação de privilegiados de terem ao seu lado indivíduos de estrato socioeconômico mais elevado, tal como ocorre em shopping centers, clubes e resorts.

A Copa de 2014, realizada no Brasil, acelerou ainda mais o processo de remodelação dos estádios e o aumento do controle e punição sobre os frequentadores transgressores, anulando a criatividade coletiva e reduzindo ao mínimo possível e possibilidade de expressão individual. Firmando-se na necessidade de garantir conforto e segurança e de promover uma “boa imagem” internacional

do país, foram construídos dois novos estádios e outros dez passaram por reformulação completa. Detalhe: as obras foram financiadas em grande parte pelos governos federal e estaduais, fato que voltou a evidenciar o poder político do futebol no Brasil e a força publicitária que a entrega de um equipamento angaria para uma gestão política, afetando as estruturas urbanas locais.

Mudança de cenários em dias com e sem futebol

Afora a centralidade de um equipamento esportivo dirigido ao ludopédio, uma cidade sem partidas de futebol, ou seja, sem atividades mobilizadoras típicas de um “grande” jogo, têm sua dinâmica peculiar, própria.

Tudo, em normalidade, flui dentro do previsto (mesmo os imprevistos). Ou seja, sem os espetáculos, os indivíduos vivem a vida dentro de uma certa rotina, desde um café (quando se pode), passando pelos deslocamentos e atribuições diárias, até o recolhimento para o descanso que proporcione o recomeço.

Em dias normais, o trânsito de pessoas e dos meios de transporte emana com maior ou menor intensidade, a depender dos horários e do tamanho e localização de cada espaço urbano. O sistema de segurança e os serviços de saúde continuam dentro da previsibilidade e os bares urbanos possuem uma clientela mais ou menos fixa, de acordo com os horários do dia, tudo indicando uma regularidade previsível.

Já em dias de jogos, tudo – ou quase tudo – é alterado, transformando a vida regular, guardadas as devidas proporções de urbanidade: deslocamentos de apreciadores que se dirigem a um único ponto, modificação no sistema de policiamento, engarrafamentos, concentração do comércio ambulante, entre outros.

Somam-se às alterações o necessário planejamento para a saída de um espaço, estádio ou arena esportiva, que pode ser tumultuada, levando-se em consideração o encontro de torcidas, o sentimento de vitória ou derrota além, é claro, dos novos transformos relacionados aos meios de locomoção ou mesmo dos encontros em bares e demais pontos de comércio.

Vida que se altera e se normaliza, como que indicando a própria dinâmica da existência.

CONCLUSÃO

O futebol foi introduzido no Brasil como modismo europeu, apresentando traços higienistas, moralistas, cosmopolitas e de distinção social, bem mais adequado, portanto, aos jovens da elite.

O processo de popularização da prática apresentou ritmo próprio, condizente com os limites de uma sociedade sobejamente rural e herdeira de traços coloniais (rigidez, hierarquias e forte índice de exclusão das camadas populares).

Apesar de ser inserido no circuito exclusivo das elites urbanas locais e de consistir em entretenimento de alto custo, o futebol se democratizou velozmente pelos mais variados motivos apontados, embora sempre ligados ao processo de urbanização nacional.

Dentro da configuração histórica de urbanidade, o futebol desenvolveu-se no Brasil com todas as suas possibilidades e, em cada cidade, ele teve uma trajetória diversa, mas sempre tendo como corolário a expansão urbana, embora o desenvolvimento dos centros citadinos, atrelado à especulação imobiliária, tenha comprometido a existência de muitos campos informais de futebol.

Porém, a prática do bolapé amador nunca foi interrompida, embora se possa afirmar que, guardada as devidas exceções, a urbanização brasileira foi e ainda é envolvida pelo futebol, como que canalizando a demanda pelo lazer, entretenimento e pela volúpia capitalista.

Com o crescente industrialismo e o conseqüente crescimento das cidades, a construção de estádios passou a atender à necessidade do público e seu interesse crescente pelas práticas esportivas, muito embora, em tempos atuais, próprio da espetacularização e mercantilização de atividades como o futebol, mais do que a atração de público, evidencia-se a seleção de quem o pode contemplar.

Neste sentido, as construções de equipamentos de futebol, como estádios e arenas, teriam sido induzidas pelo desenvolvimento urbano, mas também podem ter sido instigadoras do processo, a depender do contexto em que cada município se

encontrava (e se encontra). Basta que se verifique que um número significativo de estádios foi estruturado nos períodos cruciais e de intenso crescimento demográfico urbano nacional.

Tais equipamentos futebolísticos, espalhados por países como o Brasil, transformaram-se em locais onde se vive uma cidade e sua paisagem simbólica.

Os estádios (pequenos, médios ou excessivos) são espaços marcantes no panorama de cada centro urbano. Seu porte e, na maioria das vezes, magnitude, constituem a principal expressão que o futebol alcançou.

Para além do seu simbolismo, a espacialização de um estádio ajuda a entender diversas dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais por trás da sua presença urbana, em especial por ocasião dos embates programados que, efetivados, percorrem o caminho da festa e do quase estado de caos.

REFERÊNCIAS

- 1-Bosi, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Queroz. 1983.
- 2-Estatutos. Amaro Football Club, America Football Club, Andarahy Athletico Club, Associação Amália de Desportos Atlético, Associação Athética Suburbana (RJ), Associação Atlético Matarazzo, Bangu Athletic Club, Bonsucesso Football Club, Club Athletico Paulistano, Fidalgo Football Club, Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Mavillis Foot Ball Club, Portinho Football Club, Primor Football Club, Ramos Football Club, Republicano Athletico Club. (s.d).
- 3-Kupper, A. Os Segredos da Bola. São Paulo: Dialética. 2021.
- 4-Lefebvre, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.
- 5-Le Goff, J. Uma vida dedicada à História. São Paulo: UNESP. 1998.
- 6-Livros de Atas (Ata de Fundação da Associação Atlético Ponte Preta, Ata de Fundação do Volta Redonda Futebol Clube, Atas do Bangu Athletic Club - 1904, 1905, 1911, 1915 e 1916, Atas do Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Atas do Rio Claro Futebol Clube -1915).
- 7-Mascarenhas, G. A Geografia dos Esportes: uma introdução. Scripta Nova, Barcelona, n. 35, p. 1-14. marzo 1999.
- 8-Mascarenhas, G. A Geografia e os Esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. Conexões: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP. Vol. 1. Núm. 2. 1999a.
- 9-Mascarenhas, G. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 13. Núm. 23. p.17-39. 1999b.
- 10-Mascarenhas, G. O corpo e a cidade: a epidemia de febre esportiva no Rio de Janeiro (1890-1920). Geo UERJ. Rio de Janeiro. Núm. 05. p. 35-48. 1999c.
- 11-Mortara, G. Um enigma resolvido: a população do Brasil. Estudos Brasileiros de Demografia. Rio de Janeiro. Vol. 1. Núm. 7. p. 72-3. 1947.
- 12-Periódicos (A Gazeta Esportiva, edições de 1930; A Gazeta Suburbana, de 1910 a 1920; Correio da Manhã, de 1933 a 1938; Gazeta de Notícias, 1930; Jornal da Manhã, 1905 e 1921; Jornal do Comércio, de 1904 a 1906; O Comércio de São Paulo, 1915; O Estado de S. Paulo, de 1902 a 1938).
- 13-Relatórios (Relatório de Governo do Prefeito Antônio da Silva Prado, 1901; Relatórios da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, de 1872 a 1918; Relatórios da Federação Internacional de Futebol Associação, de 1974 a 2018).
- 14-Santos Neto, J. M. Visão de jogo: primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- 15-São Paulo. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Decisões do governo. 1914.
- 16-Seabra, O. C. L. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese

RBFF
Revista Brasileira de Futsal e Futebol

de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

17-Sevcenko, N. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In: Novais, Fernando (coord.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia dos Livros. 1998.

18-Silva, A. B.; Chaveiro, E. F. Futebol, Espaço e Cultura no mundo contemporâneo. II Colóquio Nacional do Núcleo de Estudo em Espaços e Representações. 2006.

Recebido para publicação em 15/10/2024
Aceito em 20/01/2025